

Associação Solidariedade em Marcha

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do
auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 2578B-009-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP) Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Conselheiros e Administradores da
Associação Solidariedade em Marcha
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Solidariedade em Marcha (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Solidariedade em Marcha em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e com a interpretação técnica geral aplicável às entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis da Associação referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, cujo relatório de auditoria, emitido em 18 de junho de 2024, não continha modificações.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e com a interpretação técnica geral aplicável às entidades sem finalidade de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

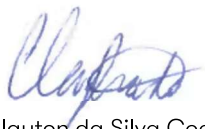
- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de outubro de 2025

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0



Clayton da Silva Codo
Contador CRC 1SP-234-906/O-1

Associação Solidariedade em Marcha

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.175	1.974
Adiantamentos		59	37
Impostos a recuperar		9	-
Outros ativos	5	100	100
Total do ativo circulante		4.343	2.111
Ativo não circulante			
Imobilizado	6	225	206
Total do ativo não circulante		225	206
Total do ativo		4.568	2.317

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Solidariedade em Marcha

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante			
Fornecedores		31	70
Adiantamentos de recursos	7	300	30
Impostos e contribuições a recolher		20	10
Salários e encargos sociais	8	346	250
Total do passivo circulante		697	360
Passivo não circulante			
Adiantamentos de recursos	7	1.200	-
Total do passivo não circulante		1.200	-
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		2.663	1.949
Reservas de doação		8	8
Total do patrimônio líquido	9	2.671	1.957
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.568	2.317

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Solidariedade em Marcha

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receitas operacionais			
Recursos com restrição	10	93	204
Recursos sem restrição	11	3.343	2.615
Trabalho voluntário	16	16	-
Total das receitas		3.452	2.819
Custos	12	(2.953)	(2.942)
Resultado bruto		499	(123)
Despesas administrativas	13	(93)	(85)
Trabalho voluntário	16	(16)	-
Total das despesas		(109)	(85)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		390	(208)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	14	335	219
Despesas financeiras	14	(11)	(11)
Resultado financeiro líquido		324	208
Superávit do exercício		714	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Solidariedade em Marcha

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Superávit do exercício	714	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	714	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Associação Solidariedade em Marcha

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Patrimônio social	Reserva de doação	Superávit do exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1699	8	250	1.957
Incorporação do superávit ao patrimônio social - 2022	250	-	(250)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1949	8	-	1.957
Superávit do exercício	-	-	714	714
Incorporação do superávit ao patrimônio social - 2024	714	-	(714)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.663	8	-	2.671

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Solidariedade em Marcha

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	714	-
Ajustes do superávit do exercício		
Depreciações e amortizações	76	68
Ajustes no ativo imobilizado (Nota 9.1)	(60)	-
Adiantamentos de recursos convênios e projetos	1.470	19
Redução/ (aumento) nos ativos		
Adiantamentos e Outros	(22)	8
Impostos a recuperar	(7)	-
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	(39)	39
Impostos e contribuições a recolher	8	4
Salários e encargos sociais	96	50
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.236	188
Atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(35)	(63)
Reclassificação de título de capitalização	(100)	-
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(135)	(63)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.101	125
No início do exercício	2.074	1.949
No final do exercício	4.175	2.074
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.101	125

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Associação Solidariedade em Marcha, também designada pela sigla SOMAR (“Associação”), foi constituída em 20 de março de 2006, é uma Pessoa Jurídica de direito privado, de natureza filantrópica, sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Dr. Senador Vergueiro, 243 – Santo Amaro, cujas atividades regem-se por seu Estatuto Social e pela Legislação em vigor.

A Associação criou em 2007 o Centro Solidário Jd. Felicidade com capacidade para atendimento de 300 crianças e adolescentes com idade entre 4 e 18 anos.

A Associação tem por finalidade atender as exigências intrínsecas à promoção humana, comunitária e sociocultural principalmente a partir dos seguintes objetivos:

- i)** A promoção do sentido comunitário e solidário na organização comunitária e nos modos de relacionamento ao interior das comunidades e das famílias;
- ii)** A promoção da assistência social;
- iii)** A promoção gratuita da educação em seus diversos níveis;
- iv)** A promoção gratuita da saúde integral;
- v)** A promoção da segurança alimentar e nutricional;
- vi)** A defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- vii)** A promoção do voluntariado como forma de compromisso social solidário;
- viii)** A promoção do desenvolvimento econômico e social, através de iniciativas de combate à pobreza como também da experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- ix)** A promoção e defesa gratuita dos direitos estabelecidos, através de assessoria jurídica de interesse suplementar, entre outras iniciativas;
- x)** A promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Associação, findas em 31 de dezembro de 2024, foram elaboradas de acordo com a norma NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovada pela Resolução CFC nº 1255/09, e nas disposições aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros.

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela administração da Associação em 22 de outubro de 2025, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Associação.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, determinação dos valores dos trabalhos voluntários e determinação da renúncia fiscal. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5. Determinação do valor justo

Determinadas políticas e divulgações contábeis da Associação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº 19 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação em todo o exercício apresentado nestas demonstrações contábeis.

3.1. Instrumentos financeiros

a) Classificação e mensuração

A Associação classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, data em que a Associação se torna parte das disposições contratuais.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Associação tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

b) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente e as aplicações em fundos de investimentos. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica “resultado financeiro” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado da Associação compreendem as “Aplicações financeiras”.

c) Recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Associação compreendem caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, com vencimentos originais de até 90 dias, apresentados ao custo de aquisição, mais rendimentos incorridos até as datas dos balanços, e ajustados, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil.

3.3. Imobilizado

O imobilizado é avaliado ao custo histórico de aquisição. A depreciação é calculada de forma linear, considerando a vida útil estimada dos bens e as taxas de depreciação utilizadas pela Associação estão descritas na Nota Explicativa nº 6.

Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de depreciação, na vida útil ou no valor residual de um ativo, a depreciação desse ativo é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do superávit/déficit no exercício em que o ativo for baixado.

3.4. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Não houve constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos em 31 de dezembro de 2024.

3.5. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.6. Transações em moeda estrangeira

São contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se a taxa de câmbio da data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações das receitas e despesas à medida que ocorrem.

3.7. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.8. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e **(iii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Associação questionou a constitucionalidade de tributos.

3.9. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Associação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, são registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que reflitam o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido ativo e/ou passivo.

A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.10. Impostos e contribuições

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a Associação goza do benefício de isenção do pagamento de tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 178 a 184 do Regulamento de Imposto de Renda e aprovado pelo Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, e artigo 195 da Constituição Federal. As obrigações tributárias registradas pela Associação estão relacionadas aos impostos retidos na fonte sobre serviços de terceiros (quando houver).

3.11. Reconhecimento de receitas e despesas

a) Receitas e despesas operacionais

A Associação reconhece a receita quando: **(i)** o valor da receita pode ser mensurado com segurança; **(ii)** é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Associação; e **(iii)** quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Associação. As despesas da Associação são reconhecidas de acordo com o seu fato gerador e regime de competência.

b) Doações de pessoas físicas e jurídicas

As receitas de doações e as contribuições voluntárias de terceiros são originadas de doações de pessoas físicas e jurídicas e são contabilizadas quando recebidas em função da impossibilidade de precisão dos valores e datas de recebimento e aplicadas nos projetos e programas que a Associação desenvolve.

c) Receitas com trabalho voluntário

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalho voluntário, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração o montante que a Associação pagaria caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalho voluntário são reconhecidas em contrapartida às despesas operacionais, ambas no resultado do exercício.

d) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras, deduzidas da retenção do imposto de renda. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras. As receitas financeiras e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado pelo regime de competência dos exercícios e quando incorridas.

3.12. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio líquido inicial da Associação, acrescido ou reduzido dos superávits/déicits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Associação.

3.13. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a norma contábil aplicável as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa sem restrição		
Banco conta movimento	-	31
Aplicações financeiras	2.675	1.943
Total	2.675	1.974
Caixa e equivalentes de caixa com restrição		
Aplicações financeiras	1.500	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	4.175	1.974

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações em fundos de investimentos de renda fixa (certificados de depósitos bancários), com remunerações de 100% da taxa do CDI. As referidas aplicações podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

O caixa e equivalentes de caixa com restrição é proveniente de recursos do Fundo de Endowment, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 7. Esse montante encontra-se aplicado em instituição financeira e somente podem ser utilizados conforme determinado no acordo firmado junto a ACG Participações Ltda.

5. Outros ativos

	31/12/2024	31/12/2023
Título de capitalização	100	100

O saldo em outros ativos se refere a aquisição, em 28/02/2024, de dois títulos de capitalização do Bradesco, no valor individual de R\$ 50, com vigência de doze meses.

6. Imobilizado

Descrição	31/12/2024			31/12/2023	
	% Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	10%	18	(7)	11	12
Móveis e utensílios	10%	236	(153)	83	79
Máquinas e equipamentos	10%	78	(50)	28	14
Computadores e periféricos	20%	148	(82)	66	28
Benfeitorias em andamento - Projeto TRT - Reforma	10%	185	(148)	37	74
Total		665	(440)	225	206

6.1. Movimentação do imobilizado

Sem restrição	Taxas de deprec.	Saldo líquido em 31/12/2023	Ajustes de exercício anterior (i)/9.1	Adições	Depreciação do período	Saldo líquido em 31/12/2024
Bens tangíveis						
Instalações	10%	11	-	-	(2)	9
Móveis e utensílios	10%	79	2	15	(12)	84
Máquinas e equipamentos	10%	14	11	8	(5)	28
Computadores e periféricos	20%	28	47	12	(20)	67
Benfeitoria Projeto TRT - Reforma	20%	74	-	-	(37)	37
Total geral		206	60	35	(76)	225

(i) No exercício de 2024, foi realizado levantamento físico detalhado dos bens integrantes do ativo imobilizado da Associação, com o objetivo de assegurar a conformidade dos registros contábeis com a realidade patrimonial.

Como resultado desse levantamento, foram identificadas inconsistências na base de cálculo da depreciação de determinados ativos, decorrentes da contabilização anterior de valores superiores aos apropriados. Tal distorção teve origem na ausência de controle individualizado dos bens, o que comprometeu a acurácia dos registros contábeis.

Diante desse cenário, foram efetuados os ajustes contábeis necessários, incluindo a baixa de bens deteriorados ou que não se encontravam mais sob posse da Associação, bem como a correção da depreciação acumulada, de forma prospectiva, visando refletir adequadamente a situação patrimonial e assegurar a fidedignidade das demonstrações contábeis.

Sem restrição	Taxas de deprec.	Saldo líquido em 31/12/2022	Adições	Depreciação do período	Saldo líquido em 31/12/2023
Bens tangíveis					
Instalações	10%	13	-	(2)	11
Móveis e utensílios	10%	59	25	(5)	79
Máquinas e equipamentos	10%	8	9	(3)	14
Computadores e periféricos	20%	20	29	(21)	28
Benfeitoria Projeto TRT - Reforma	20%	112	-	(38)	74
Total geral		212	63	(69)	206

7. Adiantamento de recursos

	31/12/2024	31/12/2023
Emenda Parlamentar TFM/126/2023/SMDHC Soumais	-	30
The Edward Gostling Foundation	300	-
Total dos adiantamentos de recursos de curto prazo	300	30

	31/12/2024	31/12/2023
The Edward Gostling Foundation - LP	1.200	-
Total dos adiantamentos de recursos de longo prazo	1.200	-

Em 23 de fevereiro de 2024, foi celebrado instrumento contratual entre a Associação e a ACG Participações Ltda., subsidiária da The Edward Gostling Foundation, entidade beneficente sediada na Inglaterra, com o compromisso de transferência do montante total de R\$ 1.500, a título de Fundo de Endowment.

Conforme os termos e condições previamente estabelecidos, está prevista a utilização anual de até R\$ 300 pelo período de cinco (5) anos. Após esse prazo, contado a partir da data de assinatura do referido instrumento, a Associação poderá utilizar os rendimentos e o saldo remanescente para quaisquer finalidades que estejam alinhadas às suas atividades filantrópicas.

A Associação deverá manter registros detalhados da utilização dos recursos provenientes do Fundo de Endowment durante o período de cinco (5) anos, conforme estipulado contratualmente. Ressalta-se que, até a data dessas de emissão dessas demonstrações contábeis e no exercício de 2024, não houve qualquer utilização dos valores disponibilizados, permanecendo o montante integralmente preservado para aplicação futura, em conformidade com os termos pactuados.

8. Salários e encargos sociais

	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar	72	50
INSS a recolher	53	25
FGTS a recolher	11	8
Provisão de férias e 1/3	156	125
Provisão encargos sociais s/ férias e 1/3	54	42
Total	346	250

9. Patrimônio social

O patrimônio social da Associação compreende o valor do superávit do exercício, no qual é composto por recursos financeiros recebidos sob a forma de doação, legado, subvenção, patrocínio, auxílio, devendo ser administrados e utilizados apenas para o estrito cumprimento de seu objeto social.

Todo o patrimônio e receitas da Associação deverão ser revertidos à manutenção e ao desenvolvimento de seu objeto social, sendo vedada a distribuição de qualquer parcela de seu patrimônio ou receita a qualquer título, entre os fundadores, associados, conselheiros, diretores, colaboradores, empregados, doadores, terceiros ou qualquer outra pessoa física ou jurídica, ressalvados os gastos despendidos e bens necessários ao seu funcionamento administrativo.

No caso de extinção, transformação, cisão, fusão, incorporação ou dissolução do instituto, o patrimônio líquido do Instituto será destinado para outra instituição sem fins lucrativos congênere que coloque em pratica as suas finalidades sociais e que atenda a mesma legislação a que o Instituto é submetido, inclusive a Lei 13.019; ou será transferido a entidade publica, respeitado o Código Civil.

9.1. Ajuste de exercícios anteriores

A Administração da Associação, com o intuito de aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, decidiu, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, ajustar determinadas contas contábeis, efetuando baixas dos saldos dessas contas para refletir com precisão a realidade financeira e contábil da Associação no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Esses ajustes dos saldos contábeis não afetaram materialmente a determinação do patrimônio líquido nem os resultados da Associação. Dessa forma, optou-se por não rerepresentar as demonstrações contábeis correspondentes ao exercício anterior (findo em 31 de dezembro de 2023). A seguir, são demonstrados os saldos baixados nas contas envolvidas:

Conta contábil	Valores
Instalações	7
Máquinas equipamentos	32
Moveis e utensílios	47
(-) Deprec. Instalações	(7)
(-) Deprec. maqs. e equipto.	(20)
(-) Deprec. mov. e utensílios	2
Encargos de depreciação	(1)
Ganho/perda alienação ativo imobilizado	(60)
Saldo	-

10. Receitas - Recursos com restrição

Subvenções recebidas - Governamentais - Aplicação restrita

Modalidade e Órgão	Serviço / Projeto	Responsabilidades decorrentes	2024	2023
Convênio: CMDCA Recursos do FUNCRIA 52566/21	Nº 07/2022 Projeto Lapidando Diamantes Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Petrópolis - FUNCRIA	O Projeto Lapidando Diamantes 2022 .2, tem como objetivo trabalhar a educação integral através da transversalidade dos temas estudados. Orientando, guiando e facilitando a educação integral e a autonomia de aprendizagem para jovens de 7 a 17 anos e 11 meses com a perspectiva de reduzir a evasão escolar, visando que o jovem participante seja protagonista de sua aprendizagem.	-	7
Convênio: TFM/069/2021/S MDHC Recursos do FUMCAD	Nº 069/2021 Projeto SOUMAIS Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo - FUMCAD	O Projeto SOUMAIS visa oferecer aos 65 adolescentes e jovens, com idade entre 14 e 17 anos e 11 meses, um espaço seguro e de desenvolvimento pessoal para que se tornem seres humanos fortalecidos e seguros psicologicamente e emocionalmente. Apoiando a vida acadêmica e orientando na conquista do primeiro emprego.	30	-
Convênio: CMDCA Recursos do FUNCRIA 10.02.00.04.243. 2001.2004.3350. 43.00	Nº 10/2023 Projeto Lapidando Diamantes Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Petrópolis - FUNCRIA	O Projeto Lapidando Diamantes 2023.1, tem como objetivo trabalhar a educação integral através da transversalidade dos temas estudados. Orientando, guiando e facilitando a educação integral e a autonomia de aprendizagem para jovens de 7 a 17 anos e 11 meses com a perspectiva de reduzir a evasão escolar, visando que o jovem participante seja protagonista de sua aprendizagem.	-	196
Convênio: CMDCA Recursos do FUNCRIA 33/2024	Nº 62742/23 Projeto Lapidando Diamantes Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Petrópolis - FUNCRIA	O Projeto Lapidando Diamantes 2023.1, tem como objetivo trabalhar a educação integral através da transversalidade dos temas estudados. Orientando, guiando e facilitando a educação integral e a autonomia de aprendizagem para jovens de 7 a 17 anos e 11 meses com a perspectiva de reduzir a evasão escolar, visando que o jovem participante seja protagonista de sua aprendizagem.	63	-
Total			93	204

Os recursos recebidos dos convênios, do Fundo Estadual da Criança e do Adolescente e do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUNCRIA/RJ), têm aplicação restrita nas atividades as quais os projetos foram inscritos.

11. Receitas - Recursos sem restrição

	2024	2023
Doações de pessoas físicas	581	397
Doações de pessoas jurídicas	1.835	1.548
Doações de pessoas jurídicas – exterior	14	31
Captação de recursos próprios (contribuições, eventos e outros)	903	639
Total	3.343	2.615

Recursos sem restrição são os valores recebidos de forma espontânea por pessoas físicas e jurídicas, destinados à manutenção dos projetos desenvolvidos pela Associação. Esses recursos são compostos por:

- Doações diretas realizadas por indivíduos e empresas;
- Contribuições recorrentes de associados;
- Receitas provenientes de eventos beneficentes;
- Prêmios recebidos por meio do programa Nota Fiscal Paulista.

12. Custos

Custos com atividades de assistência social	2024	2023
Custos com pessoal	(1.226)	(914)
Custos gerais	(490)	(461)
Prestação de serviços	(358)	(444)
Convênios/Subvenções e parcerias (i)	(879)	(1.123)
Total	(2.953)	(2.942)

(i) Referem-se aos gastos incorridos na execução e manutenção das atividades previstas nos Termos de Convênios e Parcerias, abrangendo despesas diretamente vinculadas à consecução dos objetivos pactuados com os respectivos parceiros.

13. Despesas administrativas

As despesas administrativas compreendem, os gastos utilizados na administração e gerenciamento das atividades da Associação:

Despesas	2024	2023
Depreciações e amortizações	(76)	(68)
Despesas tributárias	(17)	(17)
Total	(93)	(85)

14. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas:		
Rendimento de aplicações financeiras	305	206
Descontos ativos	30	13
Total das receitas financeiras	335	219
Despesas:		
Tarifas e juros bancários	(11)	(11)
Total das despesas financeiras	(11)	(11)
Resultado financeiro líquido	324	208

Os rendimentos de aplicações financeiras foram aplicados em suas finalidades institucionais, de assistência social, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

15. Provisão para demandas judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Associação fica exposta a certas contingências e riscos, relacionados com causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

No exercício de 2024, não houve necessidade de constituição de provisão para contingências, conforme avaliação realizada pela administração e seus assessores legais.

Perda possível

A Associação contrata prestadores de serviços para execução de atividades relacionadas à sua operação por interposição de pessoa jurídica. Decorrente dessa relação, existe risco de natureza previdenciária que, na avaliação dos assessores jurídicos da Associação, é classificado como risco de perda possível.

O valor aproximado, caso esse risco se materialize, é de R\$ 828 na data-base de 31 de dezembro de 2024.

16. Trabalho voluntário

Conforme estabelecido na ITG-2002 (R1) – Entidades sem finalidade de Lucros e ao compromisso da Associação com melhoria contínua e transparência, a partir do exercício de 2024 passou-se a apresentar o trabalho voluntário nas demonstrações contábeis. Os serviços voluntários, inclusive aqueles prestados por membros da administração, são mensurados pelo valor justo, considerando os montantes que seriam desembolsados caso tais serviços fossem contratados em condições de mercado similares. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais. Em 2024, o montante reconhecido totalizou R\$ 16 (R\$ 13 em 2023).

Base salarial estimada para valorização do trabalho voluntário

No exercício encerrado em 2024, a Associação adotou como base de referência para a mensuração do valor do trabalho voluntário a média salarial da região. O valor apurado foi obtido mediante a multiplicação da remuneração média estimada, conforme a referida pesquisa, pela quantidade de voluntários e pelas horas efetivamente prestadas por estes.

Cargos	Em 31 de dezembro de 2024		
	Número de participantes	Número de horas no ano	Total apurado (R\$ mil)
Voluntários	91	3.723	16

Cargos	Em 31 de dezembro de 2023		
	Número de participantes	Número de horas no ano	Total apurado (R\$ mil)
Voluntários	51	3.723	13

17. Remuneração da administração

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho de administração. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indireta, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

18. Renúncia fiscal

Em atendimento à ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12 e alterada pela resolução 2015/ITG2002(R1) em 02 de setembro de 2015, a Associação, por julgamento, apresenta a seguir a relação dos tributos (impostos e contribuições) objetos de renúncia fiscal para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) – 25% sobre o superávit do exercício;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – 9% sobre superávit do exercício;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – 3% sobre as receitas próprias;
- Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) – 5% sobre a receita de serviços;
- Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) - 4% sobre as doações recebidas.

19. Instrumentos financeiros

A Associação mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos em que, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Associação não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Associação não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A administração examina e revisa as informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

19.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Associação a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Associação concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

19.2. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço.

19.3. Exposição a riscos de taxas de juros

A Associação está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, relativos a aplicações financeiras. O risco de mercado decorre principalmente da possibilidade de mudanças nas taxas de juros.

O risco de taxa de juros da Associação decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. A Associação monitora oscilações que possam impactar suas operações mensalmente.

19.4. Exposição a riscos cambiais

A Associação não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

19.5. Risco de crédito

A Associação restringe sua exposição a riscos de crédito associados a conta corrente bancária mantendo suas transações em instituições financeiras de primeira linha. As taxas pactuadas para as aplicações financeiras refletem as condições usuais de mercado.

19.6. Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela administração, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para atender as necessidades financeiras de curto, médio e longo prazos. A Associação gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos financeiros. A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e aplicações financeiras suficientes para manter suas atividades.

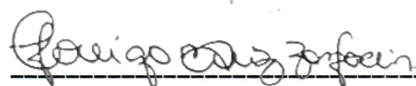
20. Cobertura de seguros

A Associação mantém apólice de seguro vigente para cobertura de eventuais sinistros relacionados ao aparelho Smartphone. A cobertura contempla danos decorrentes de quebra accidental, roubo ou furto, conforme especificado na apólice junto à Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, com vigência de 18/04/2024 a 18/04/2025.



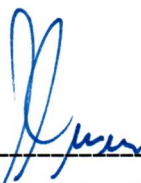
Andrés Alejandro Quintanilla Luna
Presidente

CPF: 216.184.188-23



Julianne Veiga Muniz Zanforlin
Tesoureiro

CPF: 377.075.628-28



Márcia Marcondes da Silva

CRC 1SP 159.296/O-8

CPF: 115.077.028-76

* * *